



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios
da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo

A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA ATUAL À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

**Aline Rodrigues Vitorino¹
Claudinei Alves de Matos²**

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a atual configuração da política social brasileira a partir da contribuição crítica da Teoria Marxista da Dependência. Para cumprir este objetivo, o artigo apresenta os elementos do repertório teórico da Teoria Marxista da Dependência que ajudam a compreender a realidade brasileira e a especificidade da política social no contexto da dependência; a relação da dependência com natureza das políticas sociais brasileiras e; finalmente configuração atual das políticas sociais frente à problemática dependência.

Palavras-chave: dependência, superexploração, transferência de valor, políticas sociais.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the current configuration of Brazilian social policy from the critical contribution of the Marxist theory of dependence. To meet this goal, the paper presents the elements of the theoretical repertory of Marxist Theory of Dependency that help to understand the Brazilian reality and specificity of social policy in the context of dependency; the relation of dependence on nature of Brazilian social policies and; finally current configuration of social policies front of the problematic dependency.

Introdução:

O pensamento social crítico brasileiro³ tem apresentado um debate bastante consistente sobre o tema das políticas sociais no Brasil e, especialmente sobre a atual

¹ Graduada em Serviço Social pela UFVJM e mestranda em Política Social pela UFES

² Graduado em Ciências Econômicas pela UFVJM

³ A gama de autores que debatem o tema das políticas sociais brasileira é bastante ampla e de diversas áreas conhecimento, como exemplo pode-se citar: Jose Paulo Netto, Elaine Behring, Potyara Pereira, Rodrigo Castelo, Marcelo Dias Carcanholo dentre outros. Deve-se considerar também que o pensamento conservador tem cuidado de debater o tema das políticas sociais, mas para nosso trabalho aqui basta esta

configuração das políticas sociais brasileiras. Um dos vetores principais que certamente gera estes debates remonta a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo desde 2003. O fato de estes governos terem aberto espaço para a implantação de novas políticas sociais, e principalmente ter aumentado o número de trabalhadores atendidos por estas políticas, fez aparecer bastantes reflexões na sobre o tema na atualidade.

Estas reflexões estão certamente identificadas com a preocupação destes intelectuais, acadêmicos e/ou orgânicos de movimentos sociais, com os caminhos e descaminhos das políticas sociais na atualidade brasileira. Comumente estes trabalhos retornam aos elementos constitutivos da realidade brasileira, e às políticas sociais como um elemento específico desta realidade, para traçar um quadro do que se pode identificar genericamente enquanto tendências, desafios e perspectivas para as políticas sociais brasileiras na atualidade.

É justamente nesta seara que este trabalho procura se inserir, obviamente considerando seus agudos limites. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a atual configuração da política social brasileira a partir da contribuição crítica da Teoria Marxista da Dependência. Pois, esta corrente do pensamento social crítico brasileiro – e também latino-americano – tem no seu repertório teórico elementos fundamentais para o tratamento da realidade brasileira, os quais podem ser utilizados para se avaliar criticamente as políticas sociais na atualidade. Além disso, no campo da luta política-ideológica, é de fundamental importância se recuperar a Teoria Marxista da Dependência, que justamente pela radicalidade de sua crítica, ficou longos anos fora dos circuitos acadêmicos e dos debates políticos sobre o Brasil.

O artigo está dividido em três itens: no primeiro item apresentam-se os elementos teóricos fundamentais da Teoria marxista da Dependência que ajudam a compreender a realidade brasileira, e seus reflexos sobre a política social; no segundo item discute-se a influência dos componentes fundamentais dependência (transferência de valor e superexploração da força de trabalho) na natureza da política social brasileira; e finalmente, no último item, aborda-se a atual conformação das políticas sociais brasileiras, destacando-se seus limites e sua subordinação absoluta a estratégia neoliberal de combate a pobreza e extrema pobreza.

referência aos trabalhos produzidos pelo pensamento social crítico brasileiro, pois buscamos dialogar apenas com uma das correntes deste pensamento crítico, a saber, a Teoria Marxista da Dependência.

1. A questão da dependência e seus reflexos na política social brasileira

A teoria marxista da dependência foi constituída e teve o seu auge nos anos 1960, sendo ela desenvolvida por vários pensadores latino-americanos dispostos a pensar a singularidade da realidade deste continente, afinal suas propostas metodológicas refletem uma identidade e um pensamento social próprio, que busca superar a simples aplicação de reflexões metodológicas ou propostas científicas importadas dos países centrais, para uma práxis mais realista; dentre seus principais e já clássicos teóricos destacam-se André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. No entanto, no Brasil os estudos realizados pela teoria marxista da dependência ficaram, propositadamente, esquecidos por muitos anos – tendo como principal responsável por este fato, dentre vários outros, a ditadura militar instaurada no país em 1964, que banuiu a teoria marxista da dependência dos estudos acadêmicos, do debate político e dos movimentos sociais –, contudo, nos últimos anos seus estudos têm sido recuperados e atualizados tanto por teóricos já reconhecidos como por novos pesquisadores, que tem estudado em geral como a dependência se apresenta nos dias atuais para a realidade dos países periféricos.

Em linhas gerais Vânia Bambirra (2013) caracteriza a dependência composta por dois momentos: um primeiro que a reafirme como uma situação condicionante, uma vez que a dependência é vista como uma situação em que certo país ou região tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra subsumida; e a dependência como elemento que também é responsável por condicionar certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais. Neste sentido, em termos gerais, pode-se reafirmar pelas conhecidas palavras de Marini que a dependência deverá ser entendida: “como uma relação de subordinação entre nações formalmente independente, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011 p. 134).

Deste modo, a teoria marxista da dependência expõe sua metodologia sobre o caráter do desenvolvimento do capitalismo na América Latina pela dependência como

algo específico pertencente à realidade deste continente, a qual se diferencia de outras realidades e, por isso mesmo, a teoria entende por singular o desenvolvimento do capitalismo latino americano, como algo “sui generis”. Pois, os países latinos responderam às suas especificidades geográficas, históricas e socioeconômicas, sendo estes submetidos a uma *relação de desenvolvimento desigual e combinado*⁴ existente entre *centro e periferia* do capitalismo, situação em que se encontra o Brasil, por exemplo, ao se apresentar no eixo periférico da economia mundial: enquanto economia dependente.

Neste mesmo nível de análise, a teoria marxista da dependência entende a dependência enquanto característica complementar e antagônica do processo de desenvolvimento da lógica global de acumulação capitalista, porque, como afirma Theotônio dos Santos (2000), o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são resultados históricos do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produz ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento. Sendo que a superação desta condição supõe, para Marini (2011), necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

Portanto, a dependência é forma adequada de desenvolvimento do capitalismo nos países da América Latina. Sendo que as formas concretas da dependência apresentam-se através dos mecanismos de transferência de valor no sentido dos países centrais, e do conseqüente processo de superexploração da força de trabalho nos países periféricos.

O mecanismo de transferência de valor tem, ao longo dos séculos, estruturado a condição da dependência das economias periféricas, o que também deve ser observado

⁴ Bianca (2011) traz em seu estudo a categoria *desenvolvimento desigual* – referenciada em Marx e Lukács – como a relação entre complexos e, mais especificamente, aos graus diferentes de desenvolvimento dos complexos que compõem uma totalidade. “Esse não é, no entanto, o emprego mais usual da categoria. Sua versão mais disseminada é aquela difundida, em parte, por teorias inspiradas nos trabalhos de Lênin, Trotsky, entre outros, e na noção de *desenvolvimento desigual e combinado*. Nesses autores, observamos a utilização do termo tanto para descrever o processo histórico por meio do qual determinados países realizaram tardiamente a transição para o modo de produção capitalista, combinando setores “modernos” e “atrasados” em seu interior, quanto para tratar da desigualdade de desenvolvimento (econômico) entre nações” (BONENTE, 2011, p.21); justamente a percepção que, para o debate deste trabalho se faz necessário.

são as consequências desta relação, afinal tal mecanismo acaba por provocar fortes saídas de recursos locais, o que, em tese, poderia desencadear nestas economias o surgimento de ameaças significativas quanto à acumulação interna, quanto aos seus crescimentos econômicos. No entanto, para compensar as remessas do excedente (mais-valia) produzido internamente, estas economias criaram um mecanismo de compensação interno diante da lógica sistêmica global: a forma encontrada para elevar a massa de valor produzida é justamente a *superexploração da força de trabalho*.

A superexploração da força de trabalho está associada com a violação do valor da força de trabalho, seja pela força de trabalho ser apaga abaixo do seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, o que acarreta no esgotamento prematuro da força vital do trabalho (MARINI, apud OSÓRIO, 2009). Segundo Marini (2011) a superexploração pode se dar mediante três formas de manifestação: seja através do aumento da intensificação do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho ou através da expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. “Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho” (MARINI, 2011, p.150).

Neste sentido, a dependência acabou por reproduzir uma realidade socioeconômica demarcada por suas especificidades, assim acontece com a economia brasileira, a qual apresenta consequentemente uma realidade social que segue esta singularidade. Os problemas sociais existentes no Brasil, por exemplo, nasceram e se desenvolveram da sua realidade desigual originada da sua condição de país dependente e periférico, que condiciona sua economia a viver em função de demandas externas, a exportar suas riquezas nacionalmente produzidas e a construir um mecanismo de compensação para repor esta condição – a superexploração da força de trabalho –, o que em consequência põe uma significativa parcela da população a viver em condição de pobreza e extrema pobreza.

Tal pobreza pertencente à natureza histórica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e expressão da chamada questão social, que aqui aparece de forma sempre agravada devido justamente ao caráter estrutural da dependência que determina

o padrão da acumulação de capital no país, assim como nos demais países latino-americanos. Ou seja, é a dependência, o fator gerador desta pobreza: a relação desigual na qual o Brasil se submete à economia mundial e a opção da classe dominante em cobrir estas desvantagens pela utilização do mecanismo de superexploração da força de trabalho, que assenta e intensifica os problemas sociais do país:

As classes dominantes tratam de se ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, em tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades e emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial (MARINI, 2012, p.52).

Portanto, a dependência conforma realidade nacional, aos que fazem parte do acordo estabelecido entre as burguesias nacional e internacional quase tudo é possível e acessível, e a grande maioria excluída deste pacto resta a superexploração, que pode ser confirmada a olho nu através da desigualdade social, da concentração de riqueza, propriedade e poder que desencadeiam a pobreza expressiva no Brasil. Embora se considere que as expressões da questão social⁵ no Brasil – como no restante do mundo – vêm se modificando nos últimos anos, pois surgiram novos elementos, outras foram intensificadas e algumas camufladas pelos programas de transferência de renda tão em voga no país e em outras regiões da América Latina na atualidade; nos dias atuais a expressão imediata da questão social no continente latino-americano, continua a ser a pobreza, esta produzida e reproduzida essencialmente pelo mecanismo de superexploração criado como contrapondo da relação de dependência entre o Brasil e o capital internacional.

É este cenário singular, que conformou e que vem desenvolvendo a realidade social brasileira, e é também através dele que vem sendo construídos os instrumentos necessários para lidar com as expressões da questão social do país, suas políticas sociais, as quais certamente aqui foram erguidas de forma muito distintas do famoso

⁵ Entende-se aqui a questão social em sua perspectiva crítica e clássica, não se defende de forma alguma a ideia da nova questão social, mas novas expressões da questão social, como afirma Netto (2012, p. 92): “Nós não temos hoje uma nova questão social. Nós temos novas expressões da questão social (até porque a velha expressão da questão social, para dois terços da humanidade, não está equacionada)”.

modelo de generalização das políticas sociais europeias, o Estado de Bem-estar Social. Afinal, se a dependência conforma historicamente os problemas sociais vividos no Brasil, assim ela também influenciará na natureza e no desenvolvimento das atuais políticas sociais brasileiras.

2. A dependência e a natureza da política social no Brasil

Com o desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista foi estabelecida novas forma de atuação do Estado, que passa a ter outras funções, operando tanto na esfera econômica quanto em áreas extra-econômicas, mas sem modificar seu papel original: garantir a acumulação sistêmica através dos recursos políticos, econômicos, militares e ideológicos sob o seu controle. É a partir deste momento histórico que o Estado burguês passa a intervir sistematicamente e estrategicamente nas expressões da “questão social”, com o objetivo e amenizar as contradições sociais e econômicas desenvolvidas pela própria dinâmica do modo de produção capitalista:

O Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da questão social de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consensos variáveis, mas operantes (NETTO, 2006, p.30).

Portanto, a natureza da política social aparece como uma “modalidade desta intervenção do Estado na esfera dos conflitos que envolvem o processo de produção e reprodução das relações sociais” (CARRARO; PAIVA; ROCHA, 2010). Ela surge, portanto como produto das contradições entre capital e trabalho, pois é fruto das tensões e conflitos advindos da organização da classe trabalhadora – enquanto classe para si – que se contrapõem à precariedade de suas condições de vida e luta por seus direitos, mas também enquanto produto necessário e próprio da sociedade liberal burguesa por amortizar os conflitos sociais, além de abrir mais uma possibilidade de reserva de mercado para a realização de mercadorias.

Diante das contradições econômicas e sociais advindas do desenvolvimento capitalista constituíram junto ao Estado novas funções para assegurar a continuidade do processo de acumulação de capital, dentre elas a garantia das condições básicas de

reprodução do convívio social. Considerando que estas novas funções possuem custos, constata-se que estes passaram a ser de responsabilidade do Estado, financiados por parcela da mais-valia – aquela pertencente ao consumo⁶ da classe burguesa – e transferida por via de impostos, já que o Estado se instituiu como “extensão da classe capitalista e, conseqüentemente, deve ser reproduzido juntamente com ela” (GERMER, 2009). Ou seja, os gastos que o Estado terá com a reprodução do coletivo social passaram a ser retirados da parcela da mais-valia que é direcionada para o consumo da classe burguesa, afinal tais medidas são essenciais para a manutenção da dinâmica sistêmica e, portanto da própria classe burguesa.

Contudo, esta análise descrita acima a respeito do **papel do Estado, sua manutenção** e a **origem de seu financiamento** se aplica de forma *stricto sensu* às realidades das economias centrais, mas a expansão da modernização capitalista de tipo monopolista na América Latina aparece de forma particular e assumem dinâmicas distintas das dos países centrais, já que aqui, como afirma Marini (2011), há uma aguda e singular contradição: a acumulação fundada na superexploração da força de trabalho.

Diante da especificidade da América Latina, é possível identificar ao menos três fatores que evidenciam a forma singular como o Estado garante a reprodução do coletivo social. O primeiro destes fatores está presente na própria formação e o papel do Estado aqui instituído. Ao analisar a realidade brasileira, por exemplo, observa-se que o seu processo de independência foi estabelecido pela conhecida perspectiva da modernização conservadora, afinal esta não foi fundada concomitantemente ao rompimento da dependência estrutural. A dependência formal se rompe com a formação do Estado nacional, mas esta não é suficiente para alterar significativamente estas relações dependentes existentes entre o Brasil e os países centrais. A concepção de

⁶Na análise mais abstrata do capital, no livro I de *O Capital*, o consumo capitalista aparece como uma categoria muito simples, restrita ao consumo pessoal dos capitalistas, ou seja, à sua manutenção individual. Todavia, considerando que, na exposição dos esquemas de reprodução do capital social, no livro II, a análise amplia-se e abrange a totalidade do capital social e os capitalistas e trabalhadores coletivamente, como classe sociais, o conceito do consumo capitalista deve ampliar-se correspondentemente, abrangendo não só os elementos necessários à reprodução dos capitalistas individualmente, mas também os necessários à sua reprodução como classe social. É neste ponto que se insere o Estado, no qual se concentram os elementos necessários à manutenção do poder social da classe capitalista, sem o quais esta não se manteria, constituindo, portanto, um componente essencial à reprodução da classe capitalista como classe dominante. Assim sendo, a manutenção do Estado deve ser incluída, conceitualmente, no consumo capitalista (...) (GERMER, 2009, p. 09).

soberania é instituída com a significância de que há uma possível relação de interdependência vantajosa entre as nações a partir daí, o que estabelece e justifica a relação passiva e complacente desenvolvida junto ao capital internacional desde então (BEHRING, BOSCHETTI, 2006).

Contudo, como demonstrado pela teoria marxista da dependência, essa relação é tão benéfica para os países centrais, quanto desvantajosa para países periféricos como o Brasil, o qual formatou seu desenvolvimento e sua modernização pelo ritmo que a dinâmica da dependência lhe permitia. Nesse sentido, se o final do século XIX significou para os países centrais os seus processos de industrialização e urbanização, este se traduziu para o Brasil como a necessidade de se romper com o monopólio colonial (dependência política) e pelo período de auge de suas exportações de matéria-prima – o que definiu a função do Brasil na divisão internacional do trabalho –, contudo também foi o período demarcado pelo aprofundamento da dependência brasileira frente aos países industrializados (MARINI, 2012).

Por isso mesmo a conformação do Estado brasileiro também não instituiu mudanças expressivas nas relações internas no país (sejam elas sociais, econômicas, políticas ou culturais). Pois, a chegada do liberalismo, digo chegada porque tanto o liberalismo como seus princípios, tais como cidadania, direitos sociais, democracia e equidade, foram transplantados para a realidade brasileira e não construídos a partir das necessidades gerais e internas; conseqüentemente estes acabaram por serem incorporados às perspectivas de emancipação apenas direcionadas para as classes dominantes existente no país. Neste processo, o Estado-Nação erguido foi visto primordialmente – para não falar exclusivamente – como meio e instrumento para garantir a oferta dos privilégios a estas camadas abastadas da sociedade brasileira, edificando assim um Estado que tem como função prioritária a garantia da continuidade de uma classe dominante patriarcal, paternalista e privatista (BEHRING, BOSCHETTI, 2006).

Neste sentido, os ideais liberais passaram a ser visto meramente como retórica para o caso brasileiro, afinal era inevitável o discurso liberal para um país que acabara de realizar sua independência em nome dos ideais da Revolução Francesa e com as relações econômicas que este estabelecera com o mundo do capital; mas eram também, em certa medida, impraticáveis tais ideais, já que o país era regido pelo peso do

escravismo, do patriarcalismo, do privatismo e dos privilégios. Portanto, o que se prevaleceu enquanto prática universal entre as classes dominantes, o Estado e as classes subalternas foi a perspectiva do clientelismo e do favor, entendendo que se os direitos eram para poucos, o fato de se acessá-los não estava associado com conquistas, lutas ou cidadania, mas à perspectiva de um favor concedido (BEHRING, BOSCHETTI, 2006). Sendo que o desenvolvimento do capitalismo trouxe dentre o aprofundamento desta dinâmica, novos meios desta se reproduzir.

Uma segunda particularidade entre a realidade periférica e aos centros capitalistas está na manutenção da dinâmica sistêmica. Afinal, a necessidade da intervenção do Estado junto as contradições produzidas inerentemente a reprodução do modo de produção capitalista não surgiram do desenvolvimento de uma suposta natureza civilizatória do capitalismo monopolista, mas das transformações advindas da passagem da fase concorrencial à fase monopolista concomitantemente as lutas políticas que se expressavam nos processos de ampliação dos direitos sociais (OURIQUES; PAIVA, 2006). Considerando esta relação, é possível perceber a singularidade brasileira quanto ao seu processo de criação e expansão dos direitos sociais ao observar dois pontos: as relações de trabalho aqui estabelecidas e as consequências destas relações para o processo de organização da classe trabalhadora.

Ao ressaltar as relações específicas de trabalho no Brasil situadas no auge do século XIX, com o país já estabelecido sobre a ordem do modo de produção capitalista, percebe-se que ele ainda se desenvolvia as custas do regime de trabalho escravo, o que conseqüentemente retardou o surgimento trabalho livre, portanto a incorporação da classe trabalhadora – enquanto classe para si – no processo de modernização no país. A principal consequência deste processo foi claramente uma participação efetiva mais tardia dos movimentos trabalhistas na história do Brasil (BEHRING, BOSCHETTI, 2006), o que necessariamente também afetou diretamente a constituição dos ideais de cidadania e a formação dos direitos sociais no Brasil, que deturpados pela consciência particularista da classe burguesa – preocupadas apenas em garantir vantagens ao capital internacional juntamente com seus lucros –, não possuía neste momento uma contrapartida advinda da organização coletiva dos trabalhadores, ao menos que fosse

capaz de desencadear uma luta de classes efetiva e significativa para contrabalancear os ganhos advindos do desenvolvimento capitalista.

O acentuado desenvolvimento do capitalismo que demarcou as primeiras décadas do século XX no Brasil paralelamente intensificou a contradição entre o capital e o trabalho no país. Embora, esta relação tenha sido marcada por uma atuação do aparato estatal via tutela, cooptação e coerção aferidos aos movimentos sindicais na tentativa de conter as pressões por direitos trabalhistas ou sociais exercidas pela classe trabalhadora. Neste sentido, a manutenção da ordem sistêmica no Brasil herdou fortes características conformadas neste período, que ficou conhecido pela expansão de alguns direitos, mas ofertados pela condição da tutela e da repressão Estatal.

Confirma-se, portanto a criação dos direitos sociais no Brasil como resultante da luta de classes e como expressão de uma correlação de forças predominante e específica, pois se, de um lado, foram resultados das reivindicações dos movimentos da classe trabalhadora, sobretudo, por diretos trabalhistas e previdenciários, por outro lado, representou a busca por legitimação das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis, o que, segundo Behring e Boschetti (2006), acabou por demarcar a história dos direitos sociais brasileiros por se tornar uma constância, prova disto é a expansão das políticas sociais no Brasil “coincidirem” com os períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984).

Como apresentado anteriormente, as políticas sociais nos países centrais advém das contradições do capitalismo, da luta de classes desencadeada e é aplicada pelo Estado como necessidade de manter a lógica sistêmica, sendo financiada por parcela da mais-valia gasta pelo consumo da classe capitalista e arrecada pela via de impostos (GERMER, 2009). Contudo, mais uma vez a realidade periférica brasileira condiciona sua singularidade quanto a origem do financiamento das políticas sociais – já que elas pertencem a parte dos gastos que o Estado terá com a reprodução do coletivo social.

Observando-se mais de perto, a relação de trocas comerciais desiguais estabelecidas entre Brasil e os países centrais revelam, na verdade, a transferência da mais-valia (em forma de excedente ou não) do Brasil para estes países. Por causa deste processo, a burguesia local acabou desenvolvendo mecanismos que permitissem a compensação da perda de valor gerada por estas relações, daí a superexploração da

força de trabalho como mecanismo fundamental de se extrair mais-valia no país. Desta mais-valia advinda da superexploração, grande parte é apropriada pelo capital internacional, outra parte pelo capital privado nacional e, uma terceira parte da mais-valia gerada no interior da economia periférica é transferida para o Estado, através dos impostos diretos ao capital e aos salários, assim como dos impostos indiretos incidentes sobre o consumo dos capitalistas e trabalhadores (MARINI, 2012).

No Brasil e nos demais países da América Latina, o fato do financiamento das políticas sociais advirem da extração da mais-valia através da superexploração da força de trabalho, além de condicionarem o trabalhador a viver com menos do necessário para sua reprodução – pois são remunerados abaixo do valor de sua força de trabalho –, a política social também acaba por perder a sua funcionalidade como mecanismo que socializa os custos da reprodução da força de trabalho entre os capitalista, uma vez que estes advêm da superexploração. Aqui a política social – em qualquer que seja sua formatação – acaba funcionando como uma forma de compensar as consequências advindas da dinâmica da dependência/superexploração, conformando um círculo vicioso composto por dois dispositivos; o primeiro seria a superexploração, a qual se institui na centralidade da produção e reprodução dos problemas sociais do país, enquanto que o segundo (política social) atua – pela mesma fonte de recurso, a mais-valia originada da superexploração – para compensar as consequências do primeiro dispositivo, perpetuando assim a dinâmica da dependência. Deste modo, é possível entender porque a superexploração é central para se entender a conformação da situação precária de vida da maioria dos trabalhadores do continente latino americano, que “possui cerca de dois terços da sua força de trabalho submetida à informalidade, desemprego estrutural alto, salários baixíssimos” (OURIQUES; PAIVA, 2006).

Assim, a manifestação da lei geral da acumulação de capital nas economias latino-americanas, a partir do fundamento da dependência, ou seja, da superexploração da força de trabalho, é a dificuldade de realização da produção internamente, a produção cada vez maior de mais-valia extraordinária, o aumento do exército industrial de reserva e a conseqüente deterioração das condições de vida das massas (CARRARO; PAIVA; ROCHA, 2010, p.161).

Ainda pode-se acrescentar à supracitada questão do financiamento as políticas sociais originar-se da superexploração da força de trabalho, mais um agravante: a

questão da estrutura tributária regressiva do Brasil. Sabe-se que o fundo público do Estado brasileiro é composto majoritariamente pela arrecadação tributária incidente sobre o consumo ou circulação de bens e serviços – impostos indiretos –, de modo que, a maior parte da arrecadação estatal origina-se dos salários de superexploração – salários que não repõe o valor social da força de trabalho –, assim, proporcionalmente, o trabalhador transfere mais sua renda para compor a parcela do fundo público que financia as políticas sociais que os grandes capitalistas do país.

3. A atual conformação das políticas sociais brasileiras

É importante destacar que a concepção neoliberal vem direcionando a política social nos últimos anos, e lhe oferece um tratamento secundário, já que o enfrentamento dos problemas sociais (lê-se pobreza extrema) seria uma consequência da primeira e maior preocupação da política macroeconômica do país, a estabilidade e o crescimento econômico, por isso mesmo as políticas sociais – enquanto mecanismo de combate a pobreza – passam a ocupar o segundo plano na agenda política e orçamentária do país:

[...] a redução da pobreza necessita do crescimento econômico (nível macroeconômico) e de políticas específicas de combate à pobreza (nível microeconômico). [...] Essencialmente seria muito difícil obter, no Brasil, uma redução significativa da pobreza [...] sem um estável crescimento econômico geral (BANCO MUNDIAL apud TEIXEIRA, 2009).

Diante deste direcionamento surgem, como principais artifícios de combater a pobreza, a estratégia da focalização, variadas políticas sociais baseadas primordialmente nos programas de transferência de renda, que tiveram suas primeiras experiências no Brasil e no México, já em 1996 e 1997, respectivamente, mas sob forte orientação das instituições multilaterais este modelo tem sido implementado e atualizados por *vários países latinos*⁷ ao longo da última década. (MATTEI, 2010).

⁷O Brasil tem sido a referência quanto aos modelos de programas de transferência de renda instituídos para os países da América Latina, mas desde que estes começaram a ser implementados vários tem sido as experiências por todo o continente, como afirma Mattei (2010), “Neste caso, destacam-se o Programa Fome Zero, no Brasil; o Programa Familiar, na Argentina; o Programa Família em Ação, na Colômbia; o Plano de Alimentação dos Trabalhadores, na Venezuela; o Plano Nacional de Alimentação, no Uruguai; o Programa Chile Solidário, no Chile; o Programa Local de Alimentação, no Equador; e o Programa Oportunidades, no México” (MATTEI, 2010, s.n.).

A política de transferência direta de uma renda mínima atualizada, implementada e posta como referência no Brasil, obedece as determinações externas, aos parâmetros ONU, BID, FMI, enquanto contemporâneo direcionamento socioeconômico determinado externamente ao Brasil enquanto um país dependente. Ou seja, uma política social ancorada na transferência mínima de renda aos comprovadamente pobres caracteriza a ideologia do neoliberalismo de política social, que busca unir a política social ao mercado.

Neste sentido, é possível perceber o atual tratamento neoliberal dado à questão social brasileira, como uma “*digestão moral da pobreza*”⁸ (OURIQUES, 2015), que assegura que determinada parcela da população se situe acima da linha da pobreza – por ora beneficiada pelos programas de transferência de renda –, balizados na estratégia focalizada da redução da pobreza absoluta, a qual ainda garante em sua contrapartida, o caminho para a legitimação de um projeto que estende incondicionalmente o direito a propriedade e a aceitação irrestrita das diferenças no acesso à riqueza e à renda. Desta perspectiva que nasce a defesa da ideia de êxito da experiência contemporânea da realidade brasileira quanto as respostas dadas à esfera social, projeto este considerado referência e progresso por aferir algum tipo de ganho aos pobres, mesmo sem permitir às famílias ultrapassar a linha de pobreza (TEIXEIRA, 2009).

Deste modo, mesmo diante da incorporação do discurso da luta contra a pobreza existente, não há significativas alterações quanto à meta de redução pela metade das pessoas que se encontram em pobreza extrema, mesmo considerando os dados oficiais brasileiros, os quais comemoram os avanços de seus programas.

[...] oito anos depois se percebe que os resultados obtidos em praticamente todos os países e regiões ficaram bem aquém das metas inicialmente previstas. No caso específico da redução da pobreza pela metade até 2015, ficou evidente recentemente no encontro realizado na ONU em Nova York (2008) que a mesma não será alcançada. E bem mais grave é que se observa um recrudescimento do problema, especialmente após a crise alimentar de 2007-2008 e, mais ainda, a partir da crise econômica mundial que atinge atualmente todas as regiões e cujos impactos afetarão mais expressivamente as populações desprovidas de bens e desamparadas socialmente (MATTEI, 2010, s.n.).

⁸Concepção apresentada pelo professor Nildo Ouriques ao Programa Faixa Livre. Apresentado por Paulo Passarinho no dia 16 de janeiro de 2015.

De maneira que, as promessas de se reduzir a fome e a pobreza no Brasil e nos demais países latinos, estão fadadas ao fracasso. Afinal, a questão a ser observada está justamente na negação das raízes que explicam o problema da pobreza – e consequentemente da fome – nestas nações. O “equivoco”, se é que assim é possível chamar, está fundamentado na negação do debate da dependência; de não se reconhecer que a explicação para que no Brasil exista parcela significativa da população que não consegue se alimentar, morar, e viver adequadamente; encontra-se no processo de superexploração a qual esta mesma população está submetida. Ou seja, porque ela é superexplorada ou ainda porque não consegue ser superexplorada (desemprego); a explicação está na conformação da dependência brasileira, que assim como a superexploração – ao contrário do que as aparências demonstram – tem sido intensificada através de sua reformulação contemporânea.

Vários são as demonstrações deste fenômeno: desde a longevidade que as políticas de reajuste de salário mínimo, desenvolvidas pelos governos recentes, encontram-se de alcançar o salário mínimo necessário (SMN), porque os trabalhadores vivem em plena contemporaneidade brasileira com um quarto do necessário para sua subsistência; do aprofundamento que configuram outros mecanismos do fenômeno da superexploração, como a extensão da jornada de trabalho, seja pela necessidade do trabalhador, dada o baixo salário pago, do exercício de dois ou mais empregos, seja pelas sanções por parte do Estado de violação do valor da força de trabalho, através da institucionalização de leis – banco de horas, abertura do comércio aos domingos, flexibilização da consolidação das leis de trabalho (CLT) na autorização da venda de férias ou facultando negociar redução de 50% do horário de almoço –; do aumento dos acidentes de trabalho, demonstrando o aumento da intensidade do trabalho; e do aumento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumentar a remuneração, o que explica o acesso da população trabalhadora ao consumo de bens duráveis no período recente, não pelo incremento da capacidade de consumo desta população ou da ascensão de uma suposta ‘nova classe média’, mas sim de uma configuração renovada de superexploração, denunciada, principalmente, pelo crescente endividamento desta parcela da população (Luce,2013).

Por fim, também se torna relevante ressaltar aqui a afirmação de que a realidade socioeconômica brasileira contemporânea é fruto da condição da intensificação da dependência e, por conseguinte, do acirramento dos problemas sociais do país, contrariando a “consciência cínica dos governantes, das elites e da mídia nacional”. Visto que o discurso da existência de avanços no combate a pobreza/fome, além de estar aquém de virtuosos resultados, não passam de um desencadeamento de imposições externas elaboradas justamente por uma ideologia que não aborda a centralidade do problema, porque esta se beneficia da mesma, ou seja, desenvolve-se por meio de uma dinâmica que jamais tocará no problema central: a dependência e a superexploração.

Considerações finais

A Teoria Marxista da dependência oferece aos pesquisadores interessados em pensar a América Latina, a possibilidade analisar sua dinâmica de desenvolvimento capitalista no movimento dialético de realização deste próprio desenvolvimento. Observando-se tanto a natureza interna dos processos sociais, assim como a forma como estes processos se interconectam com o movimento de desenvolvimento do capitalismo a nível global.

Com base na Teoria Marxista de Dependência, a dependência pode ser definida como a forma adequada/própria de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, mas o que interessa é o conteúdo *sui generis* do processo capitalista latino-americano. De maneira que, o “sentido” da dependência é encontrado nos mecanismos de transferência de valor, onde os países tecnologicamente menos avançados perdem parcelas enormes de suas riquezas para os países mais avançados, ou no processo de superexploração da força de trabalho, que submete a maioria dos trabalhadores da América Latina a condições de vida muito precárias.

A dependência conforma uma realidade específica para os trabalhadores dos países desta região dentro do desenvolvimento de seu capitalismo e, esta realidade corresponde exatamente à negação dos padrões civilizatórios mínimos contidos no desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. Assim, a conformação atual e a própria natureza das políticas sociais brasileiras não são mais que um exemplo deste

quadro; onde a pobreza em todas suas dimensões tornou-se desde sempre nosso pão de cada dia.

Referências

MARINI, R.M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**/Vânia Bambirra. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. 2011. Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado. 2011.

CARRARO, Dulciane; PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella. Política Social na América Latina: Ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Ser Social**, Brasília, v.12, nº26, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, Roberta e STÉDILI, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini vida e obra**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MATTEI, Lauro. Notas sobre programas de transferência de renda na América Latina. Texto para discussão. Instituto de Estudos Latino- Americanos/Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, Florianópolis. Texto para discussão. Disponível em: <http://www.iela.cse.ufsc.br/uploads/docs/158_texto10.lauro.pdf>. Acesso em: 30 de nov. de 2014.

NETTO, José Paulo. A questão social na América latina. In: **A questão social e a política social no contexto latino-americano**. Vitória, ES: EDUFES, 2012.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E.; SOTELO VALENCIA, A. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Boitempo, 2009.

OURIQUES, Nildo Domingos; PAIVA, Beatriz Augusto de. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte. **Katályses**, v.9, nº02, Florianópolis, 2006.

Programa Faixa Livre. Apresentado por Paulo passarinho. Rio de Janeiro: Radio Livre, 16 de jan de 2015 9:30 h. Duração 36:33 min, Entrevista com Nildo Ouriques.

TEIXEIRA, Rafael Vieira. **Para uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea**. 2009. Universidade Federal do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado. 2009.